

Clínica Campo Grande S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Balanço patrimonial	3
Demonstração dos resultados	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixas	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Clínica Campo Grande S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.166	827
Contas a receber	5	19.775	4.097
Adiantamentos diversos	6	165	44
Estoques	7	1.382	1.256
Impostos e contribuições a recuperar	8.1	58	-
Impostos a recuperar sobre o lucro	8.2	2.980	2.545
Outros créditos	10	347	-
Total do ativo circulante		<u>25.873</u>	<u>8.769</u>
Não circulante			
Depósitos Judiciais		45	-
Tributos diferidos	26	1.414	-
Outros créditos	10	-	177
Realizável a longo prazo		<u>1.459</u>	<u>177</u>
Propriedades para investimento	11	1.430	676
Imobilizado	12	17.275	13.978
Intangível		<u>1.076</u>	<u>1.383</u>
Total do ativo não circulante		<u>19.781</u>	<u>16.037</u>
Total do ativo		<u><u>47.113</u></u>	<u><u>24.983</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clínica Campo Grande S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	4.249	4.800
Empréstimos e financiamentos	14	1.851	2.421
Obrigações trabalhistas e sociais	15	3.496	3.127
Obrigações tributárias	16	2.261	260
Imposto de renda e contribuição social	27	1.113	-
Parcelamentos tributários	17	6.017	5.282
Outros contas a pagar	18	921	790
Total do passivo circulante		19.908	16.680
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	235	2.050
Parcelamentos tributários	17	6.025	9.744
Partes relacionadas	9	-	46.803
Provisão para demandas judiciais	19	7	373
Total do passivo não circulante		6.267	58.970
Patrimônio líquido	20		
Capital social		43.103	1.560
Adiantamento para futuro aumento de capital		29.009	-
Prejuízos acumulados		(51.174)	(52.227)
Total do patrimônio líquido		20.938	(50.667)
Total do passivo e do patrimônio líquido		47.113	24.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clínica Campo Grande S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	21	58.538	36.402
Custos dos serviços prestados	22	(39.232)	(20.027)
Lucro bruto		19.306	16.375
Despesas operacionais	23	(19.135)	(30.724)
Outras receitas operacionais	24	3.244	164
Outras despesas operacionais	25	51	78
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	5	(1.520)	-
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		1.946	(14.107)
Receitas financeiras		474	193
Despesas financeiras		(1.667)	(2.499)
Resultado financeiro, líquido	26	(1.193)	(2.306)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		753	(16.413)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	27		
Corrente		(1.600)	-
Diferido		1.901	-
Lucro líquido do exercício		1.054	(16.413)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clínica Campo Grande S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	1.054	(16.413)
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente	<u>1.054</u>	<u>(16.413)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clínica Campo Grande S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.560	-	(35.814)	(34.254)
Resultado do exercício	-	-	(16.413)	(16.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.560	-	(52.227)	(50.667)
Aumento de Capital	41.543	-	-	41.543
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	29.009	-	29.009
Lucro líquido do Exercício	-	-	1.054	1.054
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.103	29.009	(51.174)	20.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clínica Campo Grande S.A.

Demonstração dos fluxos de caixas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		753	(16.413)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:			
Provisão para redução por valor recuperável do contas a receber	5	1.520	-
Perdas efetivas de convênios e particulares	5	48	-
Encargos financeiros e variações cambiais	14	385	1.008
Provisão para demandas judiciais	19	(366)	(78)
Depreciação e amortização	11	1.441	1.765
Baixa de imobilizado	11	47	-
Outros Ajustes		(2.846)	-
		<u>982</u>	<u>(13.718)</u>
Varição dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:			
Contas a receber		(17.246)	(31)
Estoques		(293)	(90)
Tributos a recuperar		(6)	(370)
Depósitos Judiciais		(45)	-
Adiantamentos		(121)	(44)
Outros ativos		(170)	(17)
Fornecedores		(551)	2.327
Obrigações trabalhistas		369	660
Obrigações tributárias		1.514	20
Parcelamento tributário		(2.984)	(2.817)
Outros passivos		297	299
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		<u>(18.254)</u>	<u>(13.781)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11	(2.386)	(6.570)
Aquisição de intangível		-	(1.536)
Aquisição de propriedade para investimentos		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:		<u>(2.386)</u>	<u>(8.107)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	14	(2.744)	(2.095)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	14	(26)	(2.436)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(17.793)	-
Aporte de capital		41.543	-
Partes relacionadas		-	26.697
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento:		<u>20.979</u>	<u>22.167</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>339</u>	<u>278</u>
		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		827	549
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.166	827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

1. Informações gerais

Clínica Campo Grande S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Campo Grande-MS na Rua Marechal Rondon nº 1.703, Centro. A Companhia tem como sua finalidade única e exclusiva de prestação de serviços hospitalares completos e internação.

2. Base de preparação e apresentação das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Financeira em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da companhia são os seguintes:

- Nota Explicativa nº 04 - Provisão para perda esperada de crédito e glosas;
- Nota Explicativa nº 20 - Provisão demandas judiciais e mensuração e risco e valores das contingências passivas de risco possível;

2.4 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 3 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Política contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos do balanço patrimonial foram reclassificados e ou representados como resultado da retificação de erros. Veja nota explicativa 2.8.

a.) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

b.) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins.

c.) Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a redução por valor recuperável do contas a receber. Uma redução por valor recuperável do contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber e uma provisão para glosa é registrada com base na experiência histórica de glosa da Companhia.

d.) Glosas

A Companhia está exposta a perdas devido à glosa de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes de clientes planos de saúde, que questionam itens das contas alegando não serem devidos. As provisões para esses itens representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. Essas provisões para glosas são registradas como redução de receita.

A política contábil da Companhia para reconhecimento de perdas esperadas para o contas a receber está apresentado no nota explicativa 3 – Instrumentos financeiros.

e.) Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

f.) Imobilizado

Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. As taxas aplicadas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa 11.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g.) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que é em média de 20% ao ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

h.) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i.) Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais, se houver.

As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida às contas a receber.

A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência.

j.) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

k.) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativo financeiro - Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Ativo financeiro - Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados na categoria:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial

pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

Passivos financeiros - Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (empréstimos e financiamentos)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

I.) Tributos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de tributação adotado pela Companhia é o lucro real, cuja o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Tributos diferidos ativos e passivos

É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data

- da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

m.) Distribuição de lucros

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social. Entretanto, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 20

n.) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o.) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia reconhece os juros pagos como atividade de financiamento em suas demonstrações de fluxo de caixa.

2.7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis será substituído e aplicado a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações de descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40)

2.8 Retificação de classificações nas demonstrações financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia identificou que o saldo de Estoques, Impostos a recuperar e Propriedades para investimentos, considerados imateriais, foram apresentados erroneamente nas demonstrações financeiras do exercício findo em 2023 e em razão disso procedeu as reclassificações desses saldos para as correções, de forma retrospectiva, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023, objetivando a adequada apresentação dessa demonstração.

Essas reclassificações decorrem substancialmente de:

- a) Reclassificação do montante de R\$ 166.340,96 referente a valores a receber oriundos das transações com empréstimo de mercadorias hospitalares e que anteriormente foram apresentadas na rubrica de “Estoques”.

b) Reclassificação do montante de R\$ 2.545.473,50 referente a Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos a maior, que anteriormente foram apresentados como “Tributos a recuperar”;

c) Reclassificação do montante de R\$ 675.660,24 referente a propriedades mantidas para investimentos e que anteriormente foram apresentadas na rubrica de “Terrenos” no Imobilizado.

As reclassificações efetuadas não alteram as demais peças dessas demonstrações financeiras, tampouco o total do patrimônio líquido e ou o lucro líquido do exercício.

Ref	31/12/2023 Originalmente apresentado	Reclassificação	31/12/2023 Reapresentado
Ativo			
Circulante			
	827	-	827
	4.097	-	4.097
	44	-	44
	1.089	166	1.256
a	2.545	(2.545)	-
b	-	2.545	2.545
	-	-	-
	8.602	166	8.768
Não circulante			
	-	-	-
	-	-	-
	178	-	178
	178	-	178
	-	676	676
c	14.654	(676)	13.978
c	1.383	-	1.383
	16.037	-	16.037
	24.816	166	24.983
Passivo			
Circulante			
	4.800	-	4.800
	2.421	-	2.421
	3.127	-	3.127
	260	-	260
	-	-	-
	5.282	-	5.282
a	624	166	791
	16.514	166	16.680
Não circulante			
	2.050	-	2.050
	9.744	-	9.744
	46.803	-	46.803
	373	-	373
	58.970	-	58.970
Patrimônio líquido			
	1.560	-	1.560
	-	-	-
	(52.227)	-	(52.227)
	(50.667)	-	(50.667)
	24.817	166	24.983

3. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

3.1. Instrumentos Financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, fornecedores e, no exercício de 2023, empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos, vide abaixo:

	Classificação	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.166	827	1.166	827
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	19.775	4.097	19.775	4.097
Adiantamentos	Custo amortizado	165	44	165	44
Outros créditos	Custo amortizado	347	177	347	177
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	4.249	4.800	4.249	4.800
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.086	4.471	2.086	4.471
Parcelamentos	Custo amortizado	12.042	15.026	12.042	15.026
Outras contas a pagar	Custo amortizado	921	791	921	791

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros; incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

O controle de gerenciamento de risco da Companhia foi definido pela Diretoria da Companhia. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a partir de 2023 a Companhia implementou um comitê para avaliação das provisões considerando (i) o risco jurídico, (ii) o risco financeiro, (iii) o risco de financeiro, (iv) o risco do paciente particular, (v) risco operacional, e (vi) o risco temporal da carteira de recebíveis. A alteração visa trazer maior precisão para as provisões considerando todos os aspectos citados acima. Portanto, a Companhia reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base e avalia, através do comitê, se são necessários ajustes adicionais para que todas as contas a receber reflitam seu real recuperabilidade em cada fechamento, em linha com o CPC 48.

A exposição máxima do risco de crédito da Companhia é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R\$19.775.076 (R\$4.096.983 em 31 de dezembro de 2023).

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI e IPCA.

A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI e do IPCA.

A Companhia considera o risco de variações das taxas CDI e IPCA como fator de risco de mercado relevante.

Em 31 de dezembro de 2023, foi obtido o CDI para os próximos 360 dias de 10,04%, conforme obtido na B3 e o IPCA foi de 4,0% com fonte de referência. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização e deterioração da ordem de 25% e 50% das taxas acumuladas e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

Operação	Base de cálculo	Controladora		
		Cenário I -	Cenário II -	Cenário I -
		Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	Apreciação de 25%
Aplicações indexadas ao CDI	1.164	132	88	221
Empréstimos indexados ao IPCA	-411	-14	-9	-23
Pré - fixado	-1.674	-	-	-
	-2.085	118	79	198

	Cenário provável	Cenário I	Cenário II	Cenário I
Taxa anual do CDI em dezembro de 2025	15,18%	11,39%	7,59%	18,98%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,80%	7,59%	-3,80%
Cotação do IPCA em dezembro de 2025	4,40%	3,30%	2,20%	5,50%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,10%	-2,20%	1,10%

c) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	2.085	1.761	88	236
Fornecedores	4.249	4.249	-	-
Outras contas a pagar	922	922	-	-
31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.471	2.408	1.829	234
Fornecedores	4.800	2.783	2.017	-
Outras contas a pagar	624	624	-	-

3.3. Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de manutenção de índices financeiros. A Companhia está inserida dentro do grupo econômico “Grupo Santa” onde as análises para alocação e uso do capital é realizado de forma centralizada visando uma maior eficiência e maior retorno frente às oportunidades de investimentos de cada unidade hospitalar. A administração acompanha não só os quocientes de alavancagem (que é a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, acrescida da dívida líquida) de cada unidade como também o comportamento de sua geração de caixa operacional e aging da carteira de recebíveis.

	31/12/2024	31/12/2023
Total do passivo	26.175	75.484
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.166)	(827)
	25.009	74.657
Patrimônio líquido	20.938	(50.667)
Patrimônio e dívida líquida	45.948	23.989
Quociente de alavancagem	54,43%	311,21%

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos que definem os requisitos de estrutura de capital.

Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	2	11
Aplicações Financeiras de curto prazo	1.164	816
	1.166	827

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Convênios de assistência	10.800	3.875
Clientes particulares	758	38
Atendimentos não faturados (a)	11.159	-
(-) Redução por valor recuperável do contas a receber	(3.107)	-
Total Contas a Receber de Clientes	19.610	3.913
Cartões de crédito	165	184
	19.775	4.097

- a) A companhia reconhece os valores a receber referente aos atendimentos prestados e ainda não remetidos aos clientes.

Abertura por vencimentos dos valores vencidos e a vencer:

	31/12/2024
A Vencer	14.253
Vencidos até 30 dias	2.739
Vencidos de 31 até 60 dias	2.625
Vencidos de 61 até 90 dias	879
Vencidos de 91 até 180 dias	686
Vencidos de 181 até 360 dias	628
Vencidos acima de 361 dias	907
(-) Redução por valor recuperável do contas a receber	(3.107)
	19.610

O registro contábil dos valores a receber de clientes é sensibilizado com o risco de perda controlado pela Companhia. A movimentação da redução por valor recuperável do contas a receber é composta da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
Provisão de perdas	(1.521)	-
(-) Reversão de perdas	1	-
(=) Provisão de perdas	(1.520)	-
Glosas estimadas	(1.587)	-
Saldo Final	(3.107)	-
Perdas Reconhecidas	-	-
Baixa (perdas efetivas)	(48)	-
(-) Reversão de baixa (perdas efetivas)	-	-
(=) Total baixa (perda efetiva)	(48)	-

6. Adiantamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos Fornecedores de Materiais	47	-
Adiantamentos Fornecedores de Serviços	6	-
Adiantamentos a funcionários	112	44
	165	44

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Medicamentos e Material Hospitalar	-	1.029
Almoxarifado em Geral	1.382	227
	1.382	1.256

- (a) Estoques representados pelos medicamentos e materiais que são utilizados diretamente na prestação dos serviços médicos aos pacientes.

8. Tributos a recuperar

8.1 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recuperar	58	-
	58	-

8.2 Impostos a recuperar sobre o lucro

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	1.953	1.629
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.027	916
	2.980	2.545

9. Partes Relacionadas

Passivo não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento para o futuro aumento de capital	-	46.803
	-	46.803

10. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos transações de mercadorias hospitalares (a)	170	-
Depósitos Bancários Vinculados	177	177
	347	177
Circulante	347	-
Não Circulante	-	177

- a) São valores a receber oriundos das transações com empréstimo de mercadorias hospitalares. A transação é realizada pelo valor de custo dos estoques e a quitação ocorre com a devolução de mercadorias, no curso normal dos negócios.

11. Propriedades para investimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis -terrenos	1.430	676
	1.430	676

Reconhecidas e mensuradas pelo método do custo, as propriedades para investimento, compostas por imóveis que são mantidas para rendimentos e não são ocupadas pela Companhia.

O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos e independentes, a nível na hierarquia do valor justo nível 3, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

As propriedades para investimento referem-se a terrenos que no momento não encontram-se arrendados a terceiros e portanto, não geraram receitas no exercício.

Abertura das Propriedades pra Investimento:

Lote Rui Barbosa	680
Terreno - Rua Maracju	750
	1.430

12. Imobilizado

Descrição do Bem	31/12/2024			31/12/2023		Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido		
Edificações e Construções	10.269	(4.779)	5.490	8.114	2%	
Móveis e utensílios	1.550	(652)	898	673	10%	
Máquinas e equipamentos Hospitalares	4.876	(3.071)	1.805	1.662	7%	
Máquinas e equipamentos diversos	142	(80)	62	-	10%	
Equipamentos de Refrigeração	1.121	(269)	852	-	10%	
Equipamentos de Informática	1.594	(937)	657	176	20%	
Construções em Andamento (a)	7.031	-	7.031	3.071	0%	
Veículos	472	(16)	456	283	20%	
Ferramentas	7	(3)	4	-	0%	
Outras Imobilizações	20	-	20	-	0 a 20%	
Total	27.082	(9.807)	17.275	13.978		

Análise de impairment do imobilizado

A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor do ativo imobilizado.

12.1. Movimentação Imobilizado

Descrição do Bem	Aquisições	Transferências	Baixa	Implantação	Dep. Período	Líquido	Aquisições	Baixa	Dep. Período	Líquido	Líquido
Edificações e Construções	-	-	-	24	(346)	5.490	1.621	-	(419)	5.812	6.911
Móveis e utensílios	61	(21)	(5)	321	(131)	898	279	-	(153)	673	547
Máquinas e equipamentos Hospitalares	10	21	(15)	450	(323)	1.805	1.469	-	(907)	1.662	1.100
Máquinas e equipamentos diversos	6	-	(5)	71	(10)	62	-	-	-	-	-
Equipamentos de Refrigeração	397	-	(3)	545	(87)	852	-	-	-	-	-
Equipamentos de Informática	51	-	(9)	658	(219)	657	-	-	(131)	176	307
Construções em Andamento (a)	1.660	-	(1)	-	-	7.031	3.071	-	-	5.372	-
Veículos	190	-	(1)	-	(16)	456	130	-	-	283	153
Ferramentas	11	-	(1)	(4)	(2)	4	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações	-	(15)	(7)	-	-	20	-	-	-	-	-
Total	2.386	(15)	(47)	2.065	(1.134)	17.275	6.570	-	(1.611)	13.978	9.019

a) Construções em andamento, são gastos com modernização e revitalizações do prédio atual.

13. Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Materiais e medicamentos	2.421	1.640
Imobilizado	1.256	1.348
Serviços médicos	34	1.103
Serviços de exames e laboratórios	-	162
Serviços de manutenção	-	80
Materiais diversos	-	109
Outros serviços de pessoa jurídica	538	358
	<u>4.249</u>	<u>4.800</u>

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média de encargos %	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
FCO - OBRA	2,78%a.m	08/2029	412	498
Capital de Giro	0,99% a.m	08/2025	1.674	3.973
			<u>2.086</u>	<u>4.471</u>
Circulante			1.851	2.421
Não circulante			235	2.050

Os empréstimos são garantidos por aval de sócios, no limite do valor contratado na Companhia.

(i) Movimentação dos empréstimos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo anterior	4.471	7.994
Juros incorridos	385	1.008
(-) Pagamento de principal	(2.744)	(2.095)
(-) Pagamento de juros	(26)	(2.436)
Saldo Final	<u>2.086</u>	<u>4.471</u>

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e ordenados	946	847
Provisão trabalhistas e encargos	1.936	1.713
FGTS	138	123
INSS	476	444
	<u>3.496</u>	<u>3.127</u>

16. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS a recolher	1.089	79
ISS	1.090	75
Tributos retidos na fonte	78	106
Outras obrigações tributárias	4	-
	<u>2.261</u>	<u>260</u>

17. Parcelamento tributário

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parcelamento ordinário previdenciário (a)	4.676	10.161
Parcelamento de Impostos retidos na fonte (b)	5.446	2.190
Parcelamento de PIS e COFINS (c)	1.920	2.675
	<u>12.042</u>	<u>15.026</u>
Circulante	6.017	5.282
Não Circulante	6.025	9.744

Cronograma de vencimento dos parcelamentos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	4.410
2025	4.337	3.969
2026	4.081	3.733
2027	3.147	2.878
Acima de 2028	477	36
	<u>12.042</u>	<u>15.026</u>

- (a) Parcelamentos previdenciários realizado junto a PGFN e a Receita Federal, com início em 2017 e última parcela em 2030.
- (b) Parcelamento de Imposto Retido na fonte realizado em 2023 e com última parcela em 2028.
- (c) Parcelamento de PIS e Cofins realizado em 2022 e com última parcela em 2026.

18. Outras Obrigações

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos de clientes	233	624
Adiantamentos de processos judiciais	439	-
Obrigações com transações de mercadorias hospitalares (a)	249	166
	<u>921</u>	<u>790</u>

- (a) São valores a pagar oriundos das transações com empréstimo de mercadorias hospitalares. A transação é realizada pelo valor de custo dos estoques e a quitação ocorre com a devolução de mercadorias, no curso normal dos negócios.

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração da Clínica Campo Grande S.A. adotou os critérios de provisionamentos de provisões cíveis e trabalhistas com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis. Conforme abaixo:

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	7	373
	<u>7</u>	<u>373</u>

Movimentação das provisões:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial contingências cíveis	373	451
Provisão de cont. cíveis	7	73
(-) Reversão cont. cíveis	(373)	(151)
Atualização monetária cont. cíveis	-	-
Movimentação contingências cíveis	(366)	(78)
Saldo Final	7	373

Processos classificados como possíveis de perda não provisionados contabilmente

De acordo com posição dos consultores jurídicos da Companhia e controle da administração da Clínica Campo Grande S.A., em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as ações com possibilidade de perda possível estavam assim resumidas:

Natureza - Status possível	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	1.230	-
Cíveis	250	-
	<u>1.480</u>	<u>-</u>

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente subscrito e integralizado de R\$ 1.560.049,00

Em 01 de fevereiro de 2024 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 41.542.741,24. Assim, em 31 de dezembro de 2024 o capital integralizado e subscrito é de R\$ 43.102.790,24 representado por 67.030.741 ações.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar

prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício conforme deliberado em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio o saldo remanescente é destinado como reserva de retenção de lucros.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

A destinação dos dividendos é efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal.

21. Receita líquida

	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Receita de convênios	71.014	39.641
Receita de Particulares	1.116	-
Receita Bruta	72.130	39.641
(-) Impostos sobre a receita	(5.708)	(3.239)
(-) Glosas aceitas	(7.884)	-
Receita Líquida	58.538	36.402

22. Custos dos serviços

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos medicamentos e materiais hospitalares	(12.235)	(6.546)
Custos com Serviços Médicos	(10.058)	(8.086)
Custos com pessoal	(11.881)	-
Custos com Lavanderia	(806)	(755)
Custos com Alimentação Hospitalar	-	(3.415)
Custos com Exames	(1.024)	-
Custos com Esterilização	(50)	-
Custos com Radiologia/Radioterapia	(372)	(2)
Custos com serviços de terceiros	-	(625)
Custos com depreciações	(323)	-
Outros custos aplicados	(2.483)	(598)
	<u>(39.232)</u>	<u>(20.027)</u>

23. Despesas operacionais por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e encargos sociais	(11.060)	(20.782)
Serviços de manutenção e conservação	(1.107)	(1.212)
Serviços de terceiros	(2.344)	(3.032)
Depreciações	(1.118)	(1.611)
Amortizações	-	(154)
Despesas tributárias	(509)	(175)
Materiais de uso consumo	(328)	(386)
Locação de máq e equip.	(647)	(704)
Energia elétrica	(863)	(694)
Água e esgoto	(338)	(277)
Indenização judiciais e extrajudiciais	(10)	-
Aluguéis	(362)	-
Demais despesas	(449)	(1.697)
	<u>(19.135)</u>	<u>(30.724)</u>

24. Outras receitas operacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de alugueis	163	123
Vendas de ativos	-	6
Outras receitas operacionais	<u>3.081</u>	<u>35</u>
	<u><u>3.244</u></u>	<u><u>164</u></u>

25. Outras despesas operacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão contingencias trabalhistas e cíveis	366	78
Perdas efetivas de convênios e clientes	(48)	-
Outras despesas operacionais	(220)	-
Perdas de capital	(47)	-
	<u>51</u>	<u>78</u>

26. Resultados financeiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Descontos obtidos	472	140
Rendimentos de aplicações financeiras	2	5
Variação cambial ativa	-	-
Juros ativos	-	48
Receitas Financeiras	<u>474</u>	<u>193</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas taxas e impostos sobre transações financeiras	(55)	(27)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(384)	(1.008)
Juros s/atualizações Selic - Parcelamentos Tributários	(1.226)	(1.456)
Outras despesas financeiras	(2)	(8)
Despesas Financeiras	<u>(1.667)</u>	<u>(2.499)</u>
Total Resultados Financeiros	(1.193)	(2.306)

27. Imposto de renda e contribuição social

27.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	753	(16.413)
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	0	0
Imposto de renda e contribuição social	256	(5.581)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:	557	(5.581)
Alíquota efetiva combinada dos tributos - %	-39,97%	0%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>301</u>	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.600)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.901	-

27.2 Movimentação do imposto de renda

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Inicial	-	-
Provisão IRPJ e CSLL	1.600	-
Compensação de IRPJ e CSLL	(487)	-
Saldo Final	1.113	-

27.3 Tributos diferidos

	Em 31 de Dezembro de 2024				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Compensação</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão de glosas	-	2.843	(2.303)	-	540
Provisão de ISS	-	363	(8)	-	355
Provisão para tributos sobre prejuízo fiscal	-	487	-	(487)	-
Provisão de redução por valor recuperável do contas a receber	-	517	-	-	517
Provisão para demandas judiciais - ativo	-	129	(127)	-	2
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	-	4.339	(2.438)	(487)	1.414

* * *

Deyvisson Machado Guimaraes
 Contador CRC-DF 021226/O

Gustavo Fiuza
 CEO

Lucius Magalhães
 CFO

Pedro do Rego Leal
 Diretor Corporativo